

JUCESP PROTOCOLO
298220/06-4**COLEGIADA****DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA**
CNPJ/MP Nº 61.486.650/0001-83**NIRE 35300172507****ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2006**

Data, hora e local: 7 de abril de 2006, às 18:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

Presença: totalidade dos membros do Conselho de Administração.

Mesa: Caio Roberto Chimenti Auriemo – Presidente.
Antonio Carlos Gaeta – Secretário.

Ordem do dia: Deliberar sobre:

- (i) Proposta de arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") de Programa de Emissão de Debêntures (o "Programa"), no valor de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), bem como do pedido de registro da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia nem preferência da Companhia, para distribuição pública (a "Primeira Emissão" e as "Debêntures", respectivamente), sendo a primeira emissão no âmbito do Programa (a "Oferta"); e
- (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia realizar quaisquer outros atos necessários à consecução da Oferta.

Deliberações: Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos, o seguinte:

- (i) aprovar o arquivamento na CVM do Programa, no valor de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), que permitirá à Companhia realizar ofertas públicas dentro de até 2 (dois) anos a partir do arquivamento do Programa na CVM, mediante procedimento simplificado de registro, bem como realizar a sua Primeira Emissão de Debêntures para distribuição pública, sendo a primeira no âmbito do Programa, com as seguintes características: (a) Valor Total da Primeira Emissão: O valor total da emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), observado que (a1) a Emissora concedeu às instituições financeiras contratadas para efetuar a distribuição pública das Debêntures ("Coordenadores") uma opção para distribuição de um lote adicional de 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) Debêntures ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelos Coordenadores conforme as condições e termos estabelecidos na "Escritura Particular da 1ª Emissão de

Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie sem garantia, nem preferência da Diagnósticos da América S.A." (a "Escritura de Emissão" e do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência, da 1ª Emissão da Diagnósticos da América S.A." (o "Contrato de Distribuição"); e (a2) a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá, mediante acordo entre a Emissora e os Coordenadores, ser aumentada em até 20% (vinte por cento) do total das Debêntures, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400/03 ("Debêntures Adicionais"); (b) Número de Séries: A emissão será realizada em série única; (c) Data de Emissão: A data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2006 ("Data de Emissão"); (d) Quantidade de Títulos: Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures; (e) Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"); (f) Conversibilidade: As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; (g) Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais; (h) Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia, nem preferência; (i) Prazo e Vencimento: O Programa terá prazo de 2 (dois) anos e as Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 1º de abril de 2011; (j) Remuneração: As Debêntures renderão juros, correspondentes a até 104,80% (cento e quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP ("Taxa DI" e "CETIP"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Escritura de Emissão (a "Remuneração"), observado que o *spread* efetivo a ser aplicado sobre a Taxa DI será obtido por meio de processo de *bookbuilding*, e ratificado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia; (k) Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios: O pagamento dos juros remuneratórios será semestral, ocorrendo sempre no dia 1º dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro vencimento em 1º de setembro de 2006 e o último em 1º de abril de 2011; (l) Amortização: A amortização do principal ocorrerá em três parcelas anuais e iguais no 36º (trigésimo sexto), 48º (quadragésimo oitavo) e 60º (sexagésimo) meses, contado a partir da Data de Emissão; (m) Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (n) Vencimento Antecipado: Serão consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures quaisquer dos seguintes eventos: (A) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, formulado pela Emissora; (B) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido

8

no prazo legal ou decretação de falência da Emissora; (C) falta de pagamento, pela Emissora, do principal, e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanado em 1 (um) dia útil contado da data da inadimplência; (D) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relevante relacionada à Emissão assumida na Escritura de Emissão, salvo se, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado; (E) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora em valor individual ou global superior ao equivalente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), valor que será atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), a partir de 1º de abril de 2006 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal evento for sanado; (F) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 1º de abril de 2006 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo - salvo se (i) no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da indicação do protesto a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, (iii) for pago ou forem prestadas garantias em juízo, ou ainda (iv) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial; (G) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total ultrapasse a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 1º de abril de 2006 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo, salvo se a Emissora comprovar o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, ou, ainda, salvo se a Emissora, no mesmo prazo, comprovar ao Agente Fiduciário que celebrou acordo judicial ou extrajudicial para pagamento do valor objeto da decisão judicial condenatória em parcelas ou por qualquer outro meio. Nesta última hipótese, o Agente Fiduciário deverá adotar as providências referidas no item 4.15.3(a) da Escritura de Emissão caso referido acordo judicial ou extrajudicial seja rompido por inadimplência da Emissora; (H) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura de Emissão ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo e do Suplemento Definitivo relacionada diretamente às atividades da Emissora; (I) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação ou (ii) se for garantido o direito de resgate pelo prazo de 6 (seis) meses aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação; (J) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora e/ou a recompra

8

pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas; nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (K) caso a Emissora esteja em mora com as obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora acima do mínimo legal, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; (L) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora que possa afetar de forma adversa e relevante a condição financeira e resultado da Emissora, representada por uma redução de 20% (vinte por cento) ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva transferência, cessão ou promessa de cessão; (M) não-manutenção, até o Vencimento das Debêntures, e desde que haja Debêntures em Circulação, dos seguintes índices e limites, os quais serão apurados no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração: (i) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) deverá ser menor ou igual a 2,5, e (ii) o índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido abaixo) pelas Despesas Financeiras consolidadas (conforme definido abaixo) deverá ser igual ou superior a 2,0, onde: "Dívida Líquida Consolidada" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos, debêntures, contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas pela Emissora, ou garantias de dívidas de terceiros que tenham sido contraídas pela Emissora, excetuando-se as dívidas de arrendamento operacional de equipamentos (*leasing* operacional). Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora a "Dívida Líquida Consolidada" corresponde aos empréstimos, financiamentos e debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, diminuído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata, ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários e contas de depósito vinculado (*escrow accounts*)), conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. "EBITDA" significa, para qualquer período, o lucro (prejuízo) líquido do período acrescido das despesas de imposto de renda e contribuição social, das despesas (receitas) financeiras líquidas, das despesas (receitas) não operacionais líquidas, da participação de acionistas minoritários e das despesas com depreciações e amortizações, incluindo amortização de ágio gerado nas aquisições, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. No caso de aquisição de empresas pela Emissora, será levada em consideração, além do EBITDA da Emissora, o EBITDA pro forma das respectivas empresas adquiridas. Para este fim, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário uma declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando que o EBITDA pro forma da respectiva empresa adquirida foi calculado com base em relatório preparado por empresa de auditoria de renome internacional. "Despesas Financeiras Consolidadas" significa, em relação a qualquer período, a soma, sem duplicação, de: (a) despesas de juros consolidadas da Emissora, acumuladas e pagas ou exigíveis em dinheiro em tal período, conforme determinado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis

8

geralmente aceitas no Brasil; e (b) a receita proveniente de juros da Emissora, acumulada e recebida ou a receber em dinheiro durante tal período, considerada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil. No caso de aquisição de empresas pela Emissora, será levada em consideração, além das despesas e receitas financeiras da Emissora, as despesas financeiras e a receita financeira pro forma das respectivas empresas adquiridas. Para este fim, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário uma declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando que as despesas e receitas financeiras pro forma da respectiva empresa adquirida foi calculado com base em relatório preparado por empresa de auditoria de renome internacional; e (N) se, após a conclusão de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Emissora realizada em conformidade com o caput do artigo 41 do Estatuto Social da Emissora, ou o parágrafo 8º do referido artigo, a Standard & Poors rebaixar o *rating* da Emissora para nível abaixo de brA- e a Moody's rebaixar o *rating* da Emissora para nível abaixo de brA3.; (o) Condições de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida na Escritura de Emissão), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data da sua efetiva integralização, exclusive, sendo a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP; (p) Distribuição e Negociação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário da CETIP, através do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e operacionalizado pela CETIP e do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"). A liquidação financeira da negociação e da distribuição das Debêntures, bem como sua custódia, serão processadas na CETIP; e (ii) para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no Sistema de Negociação Bovespa Fix, administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, sendo a integralização das Debêntures liquidada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), assim como os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC; (q) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fazem *jus* as Debêntures serão efetuados no mesmo dia do respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BovespaFix; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Primeira Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do banco mandatário contratado para a operação; (r) Resgate Antecipado Facultativo: As Debêntures não estarão sujeitas ao resgate antecipado pela Companhia; (s) Repactuação: As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada; e (t) Aquisição Facultativa pela Companhia: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da

8

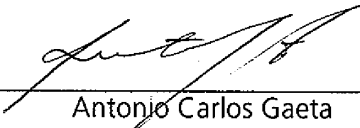
Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do Artigo 55, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado; e

(ii) Autorizar a Diretoria da Companhia para praticar todos os demais atos necessários à consecução da Oferta, bem como à assinatura da Escritura de Emissão e de todos e quaisquer contratos e documentos necessários à realização da Oferta.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada, aprovada e assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 7 de abril de 2006.

aa) Caio Roberto Chimenti Auriemo, Alexandre Teixeira Assumpção Saigh, Olimpio Matarazzo Neto, Plínio Villares Musetti, Gregory James Ryan, Jorge Raimundo Filho e Claudia Maria Costin.

A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da sociedade.



Antonio Carlos Gaeta
Secretário

